

# EDUCAÇÃO NO PERÍODO POPULISTA BRASILEIRO (1945-1964)

Darciel Pasinato<sup>1</sup>

**RESUMO:** O principal objetivo desse artigo é analisar as políticas educacionais aplicadas pelos governos populistas (1945-1964). A pesquisa se divide em três pontos. O primeiro tratará do contexto político desse período. Já o segundo, trabalhará com as políticas educacionais dos governos populistas, dando uma ênfase especial ao segundo Governo de Getúlio Vargas e ao Governo de Juscelino Kubitschek. O terceiro estudará especificamente o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados, que inicia em 1956, tendo sua divulgação em 1959. Este Manifesto tinha como principal bandeira à defesa da escola pública, obrigatória e laica.

**Palavras-chave:** políticas educacionais, Manifesto dos Educadores e escola pública.

**ABSTRACT:** The main objective of this paper is to analyze educational policies applied by populist governments (1945-1964). The research is divided into three points. The first will deal with the political context of the period. The second will work with the educational policies of populist governments, giving special emphasis to the second government of Getúlio Vargas and Juscelino Kubitschek. The third study specifically Educators Manifesto Summoned Once More, which starts in 1956, with its release in 1959. This Manifesto had as its main banner to the defense of public schools.

**Keywords:** educational policies, Manifest of Educators and public school.

## INTRODUÇÃO

Depois da II Guerra Mundial (1939-1945) teve início a chamada República Populista, que se estendeu desde a deposição de Getúlio Vargas em 1945 até o golpe militar de 1964. O populismo, fenômeno típico da América Latina, surgiu a partir do período entre guerras, com a emergência das classes populares urbanas, resultantes da industrialização, quando o modelo agrário-exportador foi sendo substituído pelo nacional-desenvolvimentismo (uma política de expansão da indústria brasileira). O governo interferia na economia criando vários grupos industriais.

---

<sup>1</sup> Graduado em História Licenciatura Plena (2008), especialista em Orientação Educacional (2011) pela Universidade de Passo Fundo. Atualmente é aluno do curso de Especialização em Supervisão Educacional e bolsista Capes e mestrando em Educação pela Universidade de Passo Fundo. E-mails para contato: [darcielpasinato@bol.com.br](mailto:darcielpasinato@bol.com.br) / [77131@upf.br](mailto:77131@upf.br)

No período do pós II-guerra, cristalizou-se a supremacia econômica dos Estados Unidos, cujos interesses imperialistas se chocavam com o modelo nacionalista brasileiro. Não tardou, porém, a invasão econômica e cultural norte-americana, já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) quando as indústrias multinacionais começaram a entrar no Brasil. O crescimento da entrada do capital estrangeiro teve várias faces. Se por um lado ampliou e diversificou o parque industrial, por outro o imperialismo norte-americano atuou nos rumos econômicos e também políticos do país.

Depois de Juscelino, a tendência populista expressou-se na liderança de Jânio Quadros (1961) que renunciou no início do mandato. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), herdeiro político de Vargas, o populismo já se encontrava desgastado. As forças conservadoras e anticomunistas, temerosas da instauração de uma república socialista, depuseram o presidente e estabeleceram a ditadura militar.

Em relação à educação desse período, pode-se dizer que a Constituição de 1946 refletiu o processo de redemocratização do país, após a queda de Getúlio Vargas, defendendo a educação como um direito de todos. Em 1948, o Ministro da Educação Clemente Mariano, apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além de escolanovistas, participaram diversos católicos na discussão desse tema. O percurso desse projeto foi tumultuado e estendeu-se até 1961, data da sua promulgação.

Com isso, formaram-se dois grupos. De um lado, estavam os defensores da escola privada, no caso os empresários e principalmente a Igreja Católica; e do outro lado, estavam os defensores da escola pública, no caso intelectuais, como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandez, entre outros. Houve uma forte campanha em Defesa da Escola Pública, que culminou com o “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados” (1959), assinado por Fernando de Azevedo e mais 164 personalidades de destaque no cenário cultural brasileiro. De resto, observa-se como a legislação sempre refletiu os interesses apenas das classes representantes no poder.

O artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica-documental, constituída principalmente de livros sobre o tema. Vejamos as obras que deram sustentação ao texto: Edgar Luiz de Barros. *O Brasil de 1945 a 1964*; Ester Buffa. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*; Boris Fausto. *História do Brasil*; Paulo Ghiraldelli Júnior. *História da Educação*. Dermeval Saviani. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. O documento utilizado neste artigo foi o *Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados de 1959*.

## PROCESSO POLÍTICO DESSE PERÍODO

O Populismo, como estilo de governo, só pode ser compreendido no contexto de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930. Foi à expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de ampliação do Estado que teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964). “Foi, sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político”. (BARROS, 1999, p. 14).

O que fica claro é que a ampliação do poder do Estado e o jogo populista foram condicionantes que vigoraram na frágil democracia brasileira de 1945 a 1964; e fizeram passar por uma espécie de funil, onde frequentes tentativas golpistas foram superadas muito mais em função das pressões das massas populares urbanas que recém-ingressavam no cenário político, do que em qualquer suposto entusiasmo dos donos do poder pelas formas democráticas.

O general Eurico Gaspar Dutra vence as eleições de 1945 com o apoio de Getúlio Vargas e assume o poder em 1946, ainda na vigência da Constituição de 1937. Era a continuação no poder das forças sociais que prevaleceram durante o Estado Novo. No início de 1947 todo o entusiasmo foi morrendo, e o governo Dutra começou a mostrar sua face mais cruel. O apelo às massas como legitimador do sistema político desapareceu, para dar lugar a uma coalizão conservadora entre PSD e UDN.

Enquanto eram testadas várias fórmulas capazes de salvar a coligação de forças no poder, Vargas preparava nos bastidores, o terreno para a sua volta. Ele baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista. Getúlio Vargas acaba vencendo com folga as eleições de 1950. No início dessa década, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Getúlio Vargas criou a *Petrobrás*, o *Plano do Carvão*, o *Banco Nacional*

*de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Nordeste do Brasil*, e outras obras administrativas.

O primeiro semestre de 1954 foi marcado por pressões cada vez mais intensas contra Vargas. As sucessivas greves, o aumento de 100% no salário mínimo, o fortalecimento do movimento sindical e a participação mais ativa dos trabalhadores no cenário político assustavam os setores conservadores. Na madrugada do dia 5 de agosto, Carlos Lacerda, o mais implacável inimigo do governo, sofreu um atentado a tiros. A culpa caiu sobre Getúlio. Vargas acaba se suicidando em 1954. “Morrer foi, para Getúlio Vargas, uma continuação daquilo que fizera durante toda a vida: um grande ato político. A reação popular a seu suicídio foi fulminante e agitou todas as principais cidades do País”. (BARROS, 1999, p. 36-37).

O primeiro partido a apresentar candidato após a morte de Getúlio Vargas foi o PSD, lançando a candidatura de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais. Em comparação com o governo Vargas e os meses que seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os *cinquenta anos em cinco* da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população. A política econômica de Juscelino foi definida no Programa de Metas. Ele abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-síntese. Os problemas maiores do governo JK se concentraram nas áreas interligadas do comércio exterior e nas finanças do governo.

Segundo Ribeiro (1998, p, 154), “os anos de 1956 a 1961, constituíram o período áureo do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em setores minoritários internos, e mais que tudo, externo”. O que se tem a destacar, em síntese, é que durante o período de 1955 a 1964, há diversificação das atividades criando novos empregos em quantidade e qualidade, manutenção da exploração da mão-de-obra como forma de acumulação e ampliação do setor médio agora integrado no processo de desenvolvimento.

Justamente, devido ao aumento da dívida externa e conseqüentemente da inflação, apoiado pela UDN, principal partido de oposição a JK, em 1960, Jânio Quadros vence as eleições presidenciais. Pela primeira vez um presidente tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro. Em menos de sete meses (1961) essas esperanças seriam desfeitas, com a renúncia que atiraria o país numa grave crise política. Jânio começou a governar de

forma desconcertante. Ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava como a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galo. No plano das medidas mais sérias, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. Com isso, Jânio que já não tinha a maioria no Congresso Nacional, perde inclusive o apoio da UDN e acaba renunciando.

Com a renúncia de Jânio Quadros, assume o poder o vice-presidente. Nas palavras de Fausto (2004, p. 447), “a posse de João Goulart na presidência significava a volta do esquema populista, em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas. Os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema”. A ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas eram denominadas reformas de base. Ao lado da reforma agrária, defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários das casas alugadas.

Todas essas medidas tomadas por Jango a favor da classe trabalhadora, fez com que as forças conservadoras começassem a conspirar contra o seu governo. Aumenta com isso, o poder dos militares. Na última semana de março de 1964, o golpe militar estava definido, faltando apenas um empurrão final. Vendo os tanques nas ruas e o desmoronamento do regime democrático, foram muitos os democratas que ficaram desesperados, à espera de mobilizações e de comandos para resistir. As esquerdas, divididas, não souberam levantar palavras de ordem, e nem tiveram forças para combater a violência militar.

O que ficou evidente na destruição da democracia liberal em 1964 foi à fragilidade do compromisso em que se baseava o regime. A covardia final de Jango foi apenas mais uma manifestação dos limites estruturais da última fase da chamada democracia populista. Repudiando o nacionalismo reformista, destroçando completamente o sistema político formado durante o período democrático, o regime militar reprogramou o Brasil, e durante os anos de 1964 a 1974, colheu os frutos econômicos dessa modernização autoritária.

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS POPULISTAS**

Os escritos de Paulo Freire dos anos 1950 e 1960 serviram de alicerce para a construção da Pedagogia Libertadora. “Tal concepção afirmava ter o homem vocação para ‘sujeito da história’, e não para objeto, mas que no caso brasileiro esta vocação não se

explicitava, pois o povo teria sido vítima do autoritarismo e do paternalismo correspondente à sociedade herdeira de uma tradição colonial e escravista”. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 122). A pedagogia deveria forjar uma nova mentalidade, trabalhar para a conscientização do homem brasileiro frente aos problemas nacionais e engajá-lo na luta política.

Segundo a Pedagogia Libertadora, a industrialização, a urbanização e o progresso, trouxeram a preocupação com as populações migrantes – as levas de camponeses que deixavam suas terras e migravam para as cidades que ficavam à mercê da demagogia dos políticos e da manipulação dos meios de comunicação de massas. Essa pedagogia classificou a educação convencional como “bancária”, uma educação calcada numa ideologia de opressão que considerava o aluno alguém despossuído de qualquer saber e, por isso mesmo, destinado a se tornar depósito dos dogmas do professor. Insistiu na ideia de que todo o ato educativo é um ato político e que o educador “humanista revolucionário”, deveria colocar sua ação político-pedagógica a serviço da transformação da sociedade e da criação do homem novo. Essa educação, ao contrário da bancária, deveria problematizar as situações vividas pelos educandos, promovendo a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica.

Na constituição de 1946, a educação ressurgiu como direito de todos. Dentre outros dispositivos a destacar no texto de 1946, cabe lembrar ainda a novidade da vinculação de recursos para a educação, “estabelecendo que a União deveria aplicar nunca menos de 10% e Estados, Municípios e Distrito Federal, nunca menos de 20% das receitas resultantes dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino – Art. 169”. (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 113). Do ponto de vista da organização da educação escolar, mantém-se a orientação de que os Estados e o Distrito Federal organizem seus sistemas de ensino (Art. 171), cabendo a União organizar o sistema federal de ensino e dos territórios tendo, o sistema federal, um caráter supletivo, estendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais (Art. 170). Em termos de distribuição de matrículas, a situação em 1960 é a seguinte:

[...] no sistema público concentra-se 88,4% da oferta de ensino fundamental, 34,5% da oferta de ensino médio e 55,7% de ensino superior. O ensino público primário passa de 89%, em 1955, para 90,34% em 1960. Convém lembrar que nesse nível de ensino o setor privado tinha 23,65% das unidades, em 1935, chegando a 6,37% em 1960. No ensino secundário a oferta pública também se amplia: esta representa 32,86% da oferta, em 1955, passando para 33,83% em 1960. (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 119).

O fortalecimento das camadas médias nos centros urbanos, o início de um processo de industrialização e o crescimento de um setor de serviços apontam para um modelo onde se esperava da educação um novo papel.

O nacionalismo e o trabalhismo getuliano, que prometiam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com bem-estar social, deveriam levar o Estado a responsabilizar-se em maior grau para com a distribuição de educação para as classes populares. Na tentativa de cumprir essa tese, o governo Vargas procurou aumentar as despesas públicas com o ensino. Porém, o ensino superior foi mais contemplado que o ensino primário. A alfabetização no segundo governo Vargas cresceu apenas 1,79%. As mazelas da educação pública continuaram evidentes e a exclusão permaneceu regra básica do sistema escolar.

A febre em prol da educação pelo desenvolvimento levou JK a não deixar faltar em seus discursos um item valorizando o *ensino técnico-profissional*. Para JK não só o ensino secundário deveria cuidar da profissionalização, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho. O espírito do desenvolvimento inverteu o papel do ensino público colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado de trabalho. Com maiores tropeços que acertos no campo educacional, a gestão de Juscelino não conseguiu ultrapassar a quantia de 6,10% de recursos retirados do orçamento da União destinados à educação.

A apologia do desenvolvimento e a abertura de regiões virgens com a construção de Brasília não conseguiram proporcionar uma harmônica distribuição da mão-de-obra qualificada para o magistério. O ensino primário continuou com mais de 45% de professores leigos. De acordo com Ghiraldelli Júnior (1991, p. 132), “em 1960, JK entregou ao seu sucessor um sistema de ensino tão elitista e antidemocrático quanto fora com Dutra e Vargas. Apenas 23% dos alunos que ingressavam no curso primário chegavam ao quarto ano, e somente 3,5% usufruíam o último ano do curso médio”. Mesmo administrando o país sob fogo cruzado dos setores conservadores e assistindo ao desaparecimento das instituições democráticas, o presidente Jango conseguiu desenvolver medidas importantes para o avanço nas áreas sociais. De 1961 a 1964 o Governo Federal aumentou em 5,93% seus gastos com a educação.

O governo João Goulart, em janeiro de 1964, propôs o Plano Nacional de Alfabetização, inspirado no “método que alfabetizava em 40 horas”, de Paulo Freire, com o objetivo de alfabetizar 5 milhões de brasileiros até 1965. O Plano, porém, tal como a discussão das reformas, teve vida curta: uma das primeiras iniciativas do governo imposto pelo golpe militar em abril de 1964, foi sua extinção.

## **MANIFESTO DOS EDUCADORES MAIS UMA VEZ CONVOCADOS**

Dois anos antes do aparecimento do substitutivo Lacerda, em 1956, já havia sido desencadeado o debate entre os defensores da escola pública gratuita e dos defensores dos estabelecimentos de ensino privados. O episódio que desencadeou o conflito entre os defensores do ensino público e os partidários da escola privada ocorreu em novembro de 1956. Quando, o padre deputado Fonseca e Silva, em discurso no Congresso Nacional, atacou Anísio Teixeira, e Almeida Júnior, acusando-os de desejarem destruir as escolas confessionais.

Várias entidades, como a Igreja Católica, os órgãos de imprensa, se envolveram no conflito, tomando posições definidas. A Campanha de Defesa da Escola Pública, desencadeada em 1959, colocou o jornal *O Estado de São Paulo*, de tendência conservadora, ao lado de educadores mais democratas e até mesmo dos socialistas. Nas palavras de Ghiraldelli Júnior (2003, p. 99), “diante do substitutivo Lacerda, vários setores sentiram que a aprovação de uma peça excessivamente privatista seria uma ameaça à escola pública, escola que vários grupos, independente de filiação ideológica, viam como um patrimônio necessário para demandas sociais da época”.

Em 1959, o Manifesto se reapresentava a sociedade, com o sugestivo título *Mais Uma Vez Convocados*. O ecletismo da primeira versão foi, expurgado e a discussão aligeirada de certos temas, foi retomada em pormenores, posto que a própria escola pública estava sob fogo cruzado. A escola pública era objeto de significativos ataques por parte daqueles que defendiam um financiamento público às instituições particulares de ensino, especialmente as confessionais religiosas. Aproximava-se o contexto no qual emergiu a Campanha de Defesa da Escola Pública, na chegada da década de 1960. “A fidelidade aos princípios liberais republicanos manifestada em 1932 e reafirmada com todas as letras em 1959, convertia toda a heterogeneidade dos atores envolvidos com os manifestos, episodicamente diga-se logo, num único pensamento social devoto à defesa da escola pública”. (FREITAS, 2005, p. 177).

Diferentemente de 1932, o Manifesto de 1959 não se preocupou com questões pedagógico-didáticas. O Manifesto de 1959 não foi favorável ao monopólio do ensino pelo Estado, como quiseram fazer crer à opinião pública e os defensores do ensino privado. Pelo contrário, foi favorável à existência das duas redes, pública e particular; mas propunha que as verbas públicas servissem somente à rede pública e que as escolas particulares se submetessem à fiscalização oficial. A Campanha de Defesa da Escola Pública foi organizada na *I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública* em maio de 1960 em São Paulo.

Por outro lado, os interesses privatistas foram expressos e defendidos na Revista Vozes, porta-voz da Igreja Católica. Em diversos artigos, frei Evaristo Arns, sob a ideia do ensino livre, insistiu que a educação não era função do Estado e sim, da família, que era um grupo natural anterior ao Estado. Além disso, o frei serviu de escudo para os empresários do ensino, que por não terem justificativas e bandeiras para solapar a Campanha da Escola Pública, serviram-se dos argumentos da Igreja Católica.

No início de 1958, D. Vicente Sherer, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, pronunciou um discurso durante a missa atacando Anísio Teixeira. Dizia que Anísio Teixeira estava promovendo não só o laicismo do ensino, mas também a laicização e o materialismo da vida. O principal objetivo era realizar um plano de orientação materialista e ateísta do ensino nacional contra as escolas particulares em favor do monopólio estatal, isso nas palavras de D. Vicente Sherer. Depois das acusações, vêm os argumentos em defesa da escola particular. A escola deve ser considerada um prolongamento e um aperfeiçoamento da família.

Como a escola tem essencialmente uma função educativa, escolher uma determinada escola significa preferir certa forma de educação escolar, informada de especiais princípios pedagógicos, morais e religiosos. Decorre daí um primeiro e fundamental aspecto da liberdade escolar: a livre escolha da escola por parte dos pais. (BUFFA, 1979, p. 30).

A luta que se abriu, no Brasil, entre os partidários da escola pública e os da escola particular, é no fundo, a mesma que se travou, entre a escola religiosa de um lado, e a escola pública, de outro lado. Um argumento a favor da escola pública defendia que a educação pública é a única que se compadece com o espírito e as instituições democráticas cujos progressos acompanha e reflete, e que ela concorre, para fortalecer e alargar com seu próprio desenvolvimento. A escola pública, cujas portas, por ser gratuita, se franqueiam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças, é por definição contrária e a única que está em condições de subtrair a imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso.

A escola e, particularmente, a escola pública tende a defender e contribuir para o processo de urbanização e industrialização do país. “A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas”. (MANIFESTO, 1959, p. 154). A educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja

possível ministrá-la a todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas.

A educação pública tem de ser, reestruturada para contribuir, como lhe compete para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico. A precária situação em que se encontra a educação (década de 1950) está ligada ao estágio de desenvolvimento econômico e industrial, por isso, é legítimo indagar em que sentido e medida a educação, em geral, e em particular, a preparação científica e técnica pode ou deve concorrer para a emancipação econômica do país. A educação de todos os níveis deve tornar a mocidade consciente de que o trabalho é a fonte de todas as conquistas materiais e culturais de toda a sociedade humana.

Entre os vários intelectuais que entraram no debate em defesa da escola pública, pode-se destacar Florestan Fernandes. Este faz três colocações em relação à defesa da escola pública. O primeiro argumento analisado era aquele que seus oponentes defendiam, de que o Estado, para agir democraticamente, deveria beneficiar com equidade a escola pública e a escola privada. Outro argumento dos defensores do ensino privado era que a família era a responsável pela educação e que o Estado não poderia querer monopolizar esse direito, por Florestan assim combatido: o Estado democrático não se opõe à família. A terceira questão que Florestan analisava era a destinação dos recursos públicos para a manutenção da escola privada. “Ele deixava claro que não era contra a existência dos estabelecimentos confessionais e particulares de ensino, desde que se mantivessem com seus próprios recursos, pois esse era absolutamente possível para quem negocia com a educação”. (SANTOS, 2002, p. 95). Florestan Fernandes foi incansável na batalha em defesa da escola pública. Ele foi, sem dúvida nenhuma, a figura que mais atuou nesse evento. Apesar de não ter vencido essa batalha, permanece sua proposição válida ainda hoje: *ou lutamos por um ensino público de qualidade ou deixamos que as camadas dominantes façam valer seus interesses.*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde a queda do Estado Novo (1945) até 1964, o país viveu um clima de “abertura democrática”. Contudo, era uma experiência democrática da qual estavam ainda distantes as massas populares. Tratava-se, de uma democracia restrita as elites. Nas condições próprias da democracia restrita, o liberalismo se revelava uma estratégia ambígua, uma vez que seu ideário acena para uma democracia plena. Esta, no entanto, tende a ser vista pelas elites como uma ameaça. Por aí, talvez se possa compreender por que os partidários da UDN, ao mesmo tempo em que se apresentavam como paladinos das ideias liberais, defendendo eleições livres e limpas, se prestavam também a toda sorte de manobras, visando aliciar as Forças Armadas para “galoparem” as instituições.

Na campanha em defesa da escola pública, desencadeada na fase final da tramitação do projeto das Diretrizes e Bases da Educação, a hegemonia esteve nas mãos dos liberais, representados principalmente pelo grupo ligado ao jornal *O Estado de São Paulo* e à Universidade de São Paulo. Ainda que a liderança principal tenha sido do professor Florestan Fernandes, não eram suas ideias as hegemônicas, mas sim aquelas correspondentes à estratégia do liberalismo. Portanto, o texto aprovado não correspondeu às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Foi antes, uma solução de compromisso, uma resultante de concessões mútuas prevalecendo, portanto, a estratégia da conciliação.

Analisando o problema da educação popular no Brasil, escrevia Florestan Fernandes, na época, que os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Se a educação não pode ser considerada como a condição única para a viabilidade desses dos aspectos – *desenvolvimento e democracia* – ela é um fator importante. Em se tratando de educação elementar, desenvolvimento é, sobretudo, democratização do ensino. O ensino deve ser democratizado, isto é, deve ser uma oportunidade colocada ao alcance de todos.

A despeito das verbas públicas para o ensino público, que tanto preocupou Florestan Fernandes, ao final no entender de Anísio Teixeira, o que se tinha a comemorar é que de fato a estrutura do Estado corporativo, em educação, havia sido posta de lado. Enquanto Florestan Fernandes pensava no que seria da escola pública diante de uma realidade em que ela poderia ter de competir por verbas com a escola paga, Anísio Teixeira, que havia vivido uma derrota pessoal diante do advento do Estado Novo (1937-1945), tinha razões de sobra para comemorar o fim da estrutura vertical e engessada em que vivia o ensino brasileiro até então.

Por fim, as ideologias conflitantes, como tantas vezes foram assinaladas, provinham de correntes conservadoras e correntes progressistas, aquelas, favoráveis à manutenção da

educação, como privilégio de classe, e estas, a favor da democratização do ensino. Aquelas propugnando pela não intervenção do Estado nos negócios da educação, e estas, proclamando a necessidade de o Estado exercer sua função educadora, como base de garantir e a sobrevivência do regime democrático. A manutenção do atraso da escola em relação à ordem econômica era uma decorrência da forma como se organizava o poder no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BARROS, Edgar Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1999.
- BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- FREITAS, Marcos Cezar de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MANIFESTO dos Educadores Mais Uma Vez Convocados, 1959.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SANTOS, Robinson dos. *Saber e compromisso: Florestan Fernandes e a escola pública*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto. *Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.